



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Ofício-Circular nº. 002 /2006/MEC/SE/SAA/CGGP

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2006

Aos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação

Com o objetivo de uniformizarmos entre as Instituições Federais de Ensino vinculadas a este Ministério, o entendimento quanto à legalidade da inclusão na remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação/PCCTAE da parcela relativa à Gratificação de Atividade Executiva – GAE, instituída pela Lei Delegada nº 13/92, reiteramos as orientações repassadas às áreas de recursos humanos das IFE, mediante Ofício Circular nº 11, de 15 de agosto de 2005, com os seguintes esclarecimentos.

A Lei Delegada nº 13/92 assim estabeleceu:

“Art. 1 ° Ficam instituídas gratificações de atividade de pessoal civil, devidas mensalmente aos servidores do Poder Executivo, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, em valor calculado sobre o vencimento básico, nos termos desta lei delegada.

.....
Art. 11. Os servidores não contemplados pelos arts. 2° a 10 perceberão Gratificação de Atividade, no percentual de 80%, sendo 30%, a partir de 1° de agosto de 1992, e o restante a partir de 1° de novembro de 1992.”

Os cargos do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos/PUCRCE, instituído pela **Lei nº 7.596/87** e regulamentado pelo Decreto nº 94.664/87, foram abarcados pela norma transcrita, fazendo jus, a partir de então, à Gratificação de Atividade Executiva-GAE.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001, determinou:

“Art. 55. Os cargos efetivos das instituições federais de ensino, vinculadas ao Ministério da Educação, de que trata a **Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987**, ressalvados os de professor de 3º grau, de professor de 1º e 2º graus e os integrantes da área jurídica abrangidos por esta Medida Provisória são reestruturados na forma

da alínea "a" do Anexo I e têm a sua correlação de cargos estabelecida no Anexo IV.

.....
Art. 64. Os servidores alcançados por esta Medida Provisória não fazem jus à percepção da Gratificação de Atividade - GAE de que trata a Lei Delegada nº 13, de 1992." (grifei)

A Lei nº 10.302/2001 por sua vez, ao trazer nova estrutura remuneratória para os cargos do PUCRCE, definiu que:

"Art. 1º Os vencimentos dos cargos e empregos dos servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos ativos e inativos e dos pensionistas das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, de que trata a **Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987**, ressalvados os de professor de 3º grau, de professor de 1º e 2º graus e dos integrantes da área jurídica abrangidos pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, passam a ser os constantes do Anexo a esta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2002.

.....
Art. 6º Não é devida aos servidores alcançados por esta Lei a Gratificação de Atividade Executiva de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992." (grifei)

Como se observa, o texto legal foi bastante claro quanto à impossibilidade da percepção da GAE pelos ocupantes de cargos submetidos à Lei nº 7.596/87.

Com a edição da Lei nº 11.091/2005 foi estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a **Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987**.

O texto da Lei nº 11.091/2005 deixa evidente que os cargos que compõem a carreira são os originários da Lei nº 7.596/87, os mesmos tratados na Medida Provisória nº 2.229-43/2001 e na Lei nº 10.302/2001, não sendo concebível desvinculá-los de suas estruturas originais com o intuito de permitir o pagamento da Gratificação de Atividade Executiva, já vedado por Lei.

Afigura-se de clareza meridiana que os servidores ocupantes dos cargos que hoje compõem o PCCTAE, ou seja, cargos originários do PUCRCE, desde a edição da MP nº 2229-43/2001 já não eram mais alcançados pelas disposições da Lei Delegada nº 13/92, conforme expressa vedação legal.

Considerando-se que, para os então ocupantes de cargos do PUCRCE, os preceitos legais trazidos pela referida Lei Delegada passaram a não mais vigorar a partir de setembro de 2001, não há que se falar na ressurreição da referida norma, tendo em vista a inadmissibilidade da reconstituição em nosso ordenamento jurídico, ou seja, não se pode restaurar a vigência de uma norma revogada pela revogação da lei que a tinha revogado, deve haver sim dispositivo expresso, não se admitindo o seu restabelecimento automático.

Desse modo, não é possível ressuscitar os efeitos da Lei Delegada nº 13/92, com base na omissão da Lei que institui o PCCTAE sobre a sua aplicabilidade.

São esses os limites impostos pela Lei de Introdução ao Código Civil - Decreto Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942:

“Art. 2º - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3º - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.” (grifei)

Considerando que a Lei nº 11.091/2005 não previu o pagamento da GAE; considerando que não foram revogados os dispositivos legais que impediam o pagamento da GAE aos ocupantes dos cargos que hoje compõem o PCCTAE (Lei nº 11.091/2005); e considerando que ao administrador público só é permitido fazer aquilo que a Lei estabelece, não poderá ser autorizado tal pagamento por total falta de amparo legal.

Dessa forma, solicitamos às Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação que se abstenham de implantar em folha de pagamento a Gratificação de Atividade Executiva – GAE instituída pela Lei Delegada nº 13/92, por não haver autorização legal para tanto.

MARIA DO SOCORRO MENDES GOMES – NINA
COORDENADORA GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS